

# Tópicos nas ciências da Saúde

Volume IX

Aris Verdecia Peña

organizadora



Pantanal Editora

2022



**Aris Verdecia Peña**  
Organizadora

**Tópicos nas ciências da Saúde**  
**Volume IX**



Pantanal Editora

2022

Copyright© Pantanal Editora

**Editor Chefe:** Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

**Editores Executivos:** Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

**Diagramação:** A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

### Conselho Editorial

#### Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
Profa. Msc. Adriana Flávia Neu  
Profa. Dra. Allys Ferrer Dubois  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior  
Profa. Msc. Aris Verdecia Peña  
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva  
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo  
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu  
Prof. Dr. Carlos Nick  
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos  
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva  
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos  
Prof. Msc. David Chacon Alvarez  
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira  
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira  
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão  
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins  
Prof. Dr. Fábio Steiner  
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza  
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez  
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles  
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira  
Prof. Msc. Javier Revilla Armesto  
Prof. Msc. João Camilo Sevilla  
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales  
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski  
Prof. Msc. Lucas R. Oliveira  
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela  
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez  
Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann  
Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior  
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos  
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla  
Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira  
Profa. Msc. Núbia Flávia Oliveira Mendes  
Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira  
Profa. Dra. Patrícia Maurer  
Profa. Msc. Queila Pahim da Silva  
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty  
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke  
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva  
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes  
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)  
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos  
Msc. Tayronne de Almeida Rodrigues  
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca  
Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira  
Profa. Dra. Yilan Fung Boix  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

#### Instituição

OAB/PB  
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã  
UO (Cuba)  
IF SUDESTE MG  
Facultad de Medicina (Cuba)  
ISCM (Cuba)  
UFESSPA  
UEA  
UNEMAT  
UFV  
AJES  
UFGD  
UEMS  
IFPA  
UNICENTRO  
IFMT  
UFMG  
URCA  
ISEPAM-FAETEC  
IFG  
UEMS  
UFF  
(Colômbia)  
UNAM (Peru)  
IFRR  
UCG (México)  
Mun. Rio de Janeiro  
UNMSM (Peru)  
UFMT  
Mun. de Chap. do Sul  
IFPR  
Tec-NM (México)  
Consultório em Santa Maria  
UFJF  
UEG  
FAQ  
UNAM (Peru)  
SEDUC/PA  
IFB  
IFPA  
UNIPAMPA  
IFB  
UO (Cuba)  
UFMS  
UFPI  
UFG  
UEMA  
IFB  
  
UFPI  
FURG  
UO (Cuba)  
UFT

Conselho Técnico Científico  
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior  
- Esp. Maurício Amormino Júnior  
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

T674 Tópicos nas ciências da saúde [livro eletrônico]: volume IX / Organizadora  
Aris Verdecia Peña. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2022.  
163p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-81460-48-8

DOI <https://doi.org/10.46420/9786581460488>

1. Ciências da saúde – Pesquisa – Brasil. I. Peña, Aris Verdecia.

CDD 610

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.  
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.  
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)

## **Apresentação**

No novo volume da Pantanal Editora sobre temas de saúde, serão mostrados vários capítulos dedicados à patologia da pneumonia cuja descoberta ocorreu em 1892, que antes era tratada como uma influência, mas aos poucos os cientistas da Sociedade perceberam que não era uma simples influência, mas uma patologia que afetou diretamente os pulmões, para o qual o tratamento teve que ser mais intensivo e medidas preventivas tiveram que ser tomadas para evitar o contágio, pois eram transmitidas por via inadvertida: como copos e colheres. Além disso, vamos ver o indivíduo como um ser social onde o uso de drogas afeta tristemente sua interação com a sociedade, não só os danos causados pelo consumo da droga.

Os capítulos abordam também o tratamento não farmacológico para o dor, procurando soluções alternativas para aqueles lugares onde não temos medicamentos ou onde a medicina não é tão avançada, especialmente em países do terceiro mundo. Agradecemos o surgimento de um capítulo onde se baseia em um modelo de inteligência artificial para ajudar aos médicos nas altas hospitalares. Muitas vezes os pacientes recebem alta e não estão 100% curados, situação difícil para o médico, pois internações prolongadas também podem ser causa de possíveis infecções. Faremos aqui o estudo de pacientes que vivem com a patologia do HIV que acomete milhares de pessoas no mundo e que graças aos retrovirais conseguiram prolongar sua vida, no entanto o uso de retrovirais também pode causar danos ao corpo que muitas vezes são irreversíveis agradecemos a colaboração de todos. Esperamos que este novo volume seja proveitoso a todos.

**A organizadora**

## Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo 1</b>	<b>6</b>
Eritroblastose fetal, assistência de qualidade e as razões para um desfecho positivo	6
<b>Capítulo 2</b>	<b>13</b>
O preceptor da graduação em saúde nos	13
<b>Capítulo 3</b>	<b>25</b>
Desigualdades de sexo, raça e região na contaminação, sintomas e hospitalização por Covid-19 no Brasil	25
<b>Capítulo 4</b>	<b>39</b>
Impacto social e econômico de mulheres em situação de gravidez precoce: uma revisão integrativa de literatura	39
<b>Capítulo 5</b>	<b>49</b>
Reflexões sobre a saúde do idoso no SUS	49
<b>Capítulo 6</b>	<b>53</b>
Evidências científicas da Enfermagem sobre Letramento em Saúde de Pessoas Vivendo com HIV	53
<b>Capítulo 7</b>	<b>69</b>
Pneumonias por bactérias típicas	69
<b>Capítulo 8</b>	<b>82</b>
Pneumonias por bactérias atípicas	82
<b>Capítulo 9</b>	<b>96</b>
Pneumonia aspirativa por refluxo: uma revisão de literatura	96
<b>Capítulo 10</b>	<b>108</b>
Pneumonia por H1N1	108
<b>Capítulo 11</b>	<b>116</b>
Pneumonias Fúngicas	116
<b>Capítulo 12</b>	<b>131</b>
Um modelo de Inteligência Artificial para auxílio na decisão de alta hospitalar	131
<b>Capítulo 13</b>	<b>142</b>
Drogas e Sociedade	142
<b>Capítulo 14</b>	<b>149</b>
Espécies vegetais como estratégia não farmacológica na dor: realidade ou expectativa?	149
<b>Índice Remissivo</b>	<b>162</b>
<b>Sobre a organizadora</b>	<b>163</b>

## Drogas e Sociedade

Recebido em: 16/06/2022

Aceito em: 23/06/2022

 10.46420/9786581460488cap14

Leonardo Pinheiro Gomes<sup>1\*</sup> 

Pedro Henrique da Silva e Silva<sup>2</sup> 

### INTRODUÇÃO

O uso de drogas é uma prática que, de diferentes formas, acompanha a história da humanidade. Marcelo Santos Cruz e Salette Ferreira (2002) apontam alguns aspectos socioeconômicos que favorecem, ainda que de maneira não exclusiva, o crescimento do envolvimento com álcool e outras drogas, tais como o desemprego estrutural e a exclusão social.

A satisfação momentânea obtida pelas drogas pode excluir a possibilidade de procura por outros recursos para lidar com o mal-estar. Assim, do reencontro com uma realidade insuportável, surge a ânsia de se drogar novamente, instaurando um círculo vicioso. A drogadição é uma forma de anular ou evitar o sofrimento, e a droga nesse contexto, uma espécie de “tampão” que adia a emergência da angústia. O sujeito encara sua relação com a droga como um recurso eficaz contra a iminência do sofrimento, uma estratégia ilusoriamente controlável, que impede que ele cogite a possibilidade de interromper o uso. Contudo, essa solução através do anestesiamiento fracassa, levando o sujeito a buscar ajuda, embora ele localize sua queixa inicial na substância e não naquilo que fora fracassado.

A toxicomania tem como característica a vontade ou necessidade do uso ou a procura por todos os meios da droga. Freitas faz uma revisão histórica e relata que até a 2ª Guerra, o dependente de drogas era visto como um “viciado”, caracterizado por uma conduta compulsiva, uma maneira incontrolada de ser, era um proscrito social. No pós-guerra, o dependente recebia um enfoque de delinquente, sendo visto como “toxicômano ou adicto”, termos com significação marginalizante. Este enfoque foi de 1955 a 1960 e a partir daí, a Organização Mundial de Saúde começou a considerar o dependente como um “enfermo” e a dependência de drogas como “patologia”.

Segundo Silva, a toxicomania possui características próprias, a saber: o indivíduo toxicômano sente pela droga um irresistível desejo causado pela falta do tóxico, que o obriga a continuar a usar essas substâncias e procurá-las por todos os meios; o indivíduo sente uma tendência contínua a aumentar a dose das drogas, a cada período de ingestão; o indivíduo passa a sofrer uma dependência psíquica (psicológica) e às vezes até propriamente física, acerca dos efeitos que a droga produz em seu organismo.

---

1 Professor de Psicologia das Faculdades de Educação Tecnológica de Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ). Mestre em Psicologia Social pela Universidade Salgado de Oliveira.

2 Bacharel em Direito pela Mackenzie-Rio, Advogado e Acadêmico de Psicologia pelas Faculdades Integradas Maria Thereza.

\* Autor correspondente: leoterapiaonline@gmail.com

No livro “Drogas nas Escolas”, organizado pelas pesquisadoras Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay, droga é definida como qualquer substância ou produto capaz de exercer um efeito sobre o organismo ou alterar suas funções, atuam no Sistema Nervoso Central (SNC), interferindo nas formas de sentir, perceber e pensar – e que mexem com os sentidos, induzindo à calma ou à excitação, potencializando alegrias, tristezas e fantasias – são chamadas psicotrópicas ou psicoativas, palavras de origem grega que podem ser traduzidas como aquilo que age sobre a mente.

***Como as drogas são classificadas, de acordo com Jandira Mansur (2005):***

**Drogas Depressoras** – São aquelas que deprimem a atividade cerebral, fazendo com que o cérebro funcione em ritmo mais lento. Por causa do nome, as pessoas acreditam que elas provoquem depressão, mas na verdade causam uma sensação de leveza ou desligamento e podem provocar sono: Calmantes ou Sedativos (Barbitúricos), Codeína (Analgésico, antitussígeno...), Tranquilizantes ou Ansiolíticos (Benzodiazepínicos), Opiáceos ou Narcóticos (Heroína e Morfina), Inalantes ou Solventes, Soníferos, Álcool e o GHB (hormônio usado em algumas academias).

**Drogas Estimulantes** – São aquelas que estimulam, aceleram o funcionamento do SNC. Dependendo da droga, o usuário pode sentir desde um estado maior de alerta, sentir-se mais “ligado”, até uma sensação de poder e energia: Cafeína (Chá, Café, Refrigerantes- Cola), Nicotina, Anfetamina, Anorexígenos, Cocaína e Crack.

**Drogas Perturbadoras** – Também conhecidas como alucinógenos, são aquelas que afetam o modo de funcionamento do SNC. Alteram a percepção de mundo do indivíduo, sua visão, sua audição, embora não interfiram na velocidade do SNC: Ecstasy, THC (princípio ativo da maconha), LSD 25, Psilocibina (encontrada em alguns cogumelos) e Mescalina (cacto mexicano), entre outras.

***Tipos de uso: Ocasional, Abusivo e Dependência***

O uso ocasional, o uso abusivo e a dependência. O que os diferencia? O *uso ocasional* pode ocorrer uma única vez ao longo da vida ou ficar restrito a situações casuais, eventuais. Definir o limite entre o uso e o abuso não é simples. Quando uma pessoa começa a apresentar problemas em sua vida pessoal, que afetam a sua saúde, os relacionamentos, a vida profissional, familiar e social, podemos dizer de faz um *uso abusivo de drogas*. Por fim, a dependência pode ser identificada quando a pessoa tem dificuldades de parar ou diminuir o uso por decisão própria, apesar de perceber os problemas relacionados ao seu uso. Nesse estágio, a droga assume grande importância na vida da pessoa e a faz deixar de lado todas as outras atividades que antes lhe eram prazerosas. Isso pode ocorrer com o uso prolongado de qualquer droga: bebida alcoólica, cigarro, maconha, cocaína, crack, medicamentos para ansiedade, para emagrecer, dentre outros.

O risco da dependência varia de uma droga para outra, dos motivos do uso e da maneira como cada um se relaciona com ela, da função que a droga ocupa na vida de cada um. Muitas vezes, o usuário

é tratado como se fosse dependente e muitas famílias acreditam que a única saída é a internação, pois faria uma “desintoxicação” do organismo e assim cessaria o uso. Isso é um mito, pois o fato de estar abstinente “sem usar” não elimina o desejo de fazer uso, apenas elimina a substância do organismo. A indicação para internação atende alguns requisitos: uso abusivo ou compulsivo, abstinência física, fissura “craving”, risco social, dificuldades de adesão ao tratamento ambulatorial, degradação física, dentre outros critérios.

### ***Fatores de risco envolvidos***

Nascemos imersos numa sociedade que valoriza culturalmente determinados hábitos, sendo um deles, o uso de drogas, principalmente o álcool e o tabaco. Alguns fatores podem favorecer o uso e abuso, chamados fatores de risco. É bem recorrente haver uma culpabilização da família e alguns questionamentos “Onde foi que eu errei?” “Mas ele sempre teve tudo que queria...”.

Os diversos usos de drogas são desencadeados por determinantes multifatoriais: curiosidade, busca de experiências novas, busca por prazer, conflitos familiares e existenciais, exclusão social, fuga da realidade, ritos de sociabilidade (necessidade aceito e valorizado diante de um grupo), transtornos mentais, violências (sexual, física, psicológica), repressão sexual, perda da autoestima, sofrimento psíquico, dentre outros.

Enfim, os discursos sobre as motivações dos jovens pelas drogas são amplos e comprovam que a questão é complexa e que seriam vários os fatores de riscos que se entrelaçam formando uma multiplicidade de agentes que podem favorecer o consumo e a busca de drogas pelo jovem.

### ***O Cenário brasileiro com mudanças na legislação***

A Lei 11.343/06, não mais prevê pena privativa de liberdade para o usuário que porta a droga para consumo pessoal aplicando penas alternativas: advertência, prestação de serviços comunitários, comparecimento a programas ou cursos educativos. Com a lei, houve a despenalização. Assim, o usuário ou dependente de drogas recebe uma penalidade diferente do traficante, buscando adotar medidas educativas para os comportamentos de dependências ou toxicomanias.

A Anvisa através da Resolução 17 de 06/05/15, definiu os critérios e os procedimentos para a importação, em caráter de excepcionalidade, de produto à base de Canabidiol em associação com outros canabinóides, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde. Esse é um tema cercados por muitos mitos, tabus e preconceitos. Uma das maiores dificuldades no que tange ao tratamento é que, muitos usuários ou dependentes, além de apresentam dificuldades para manter-se abstinente, apresentam um uso compulsivo e outros transtornos associados.

Lembrando que o uso abusivo e a dependência de álcool e outras drogas é uma questão de saúde pública. É preciso lidar com a questão das drogas de outra maneira, que não mais pela segregação, pela

repressão, pelo confinamento, pois isso é uma barreira, que dificulta a chegada dessas pessoas aos serviços de saúde tornando menos possível o tratamento.

### ***A Rede de Atenção Psicossocial - RAPS***

Na rede de saúde pública, em casos de crises, temos as emergências psiquiátricas ou serviços de pronto-atendimentos. Os Centros de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas, os CAPS-AD, não são serviços de internação e foram modelos criados substitutivos aos manicômios, que adotam outras propostas de tratamento. A equipe de referência estabelece um projeto terapêutico individual para cada paciente.

A internação dentro da política de redução de danos é vista com uma possibilidade dentro de uma avaliação feita pela equipe, mas não a única, podendo ser, necessária em algum momento do tratamento. A Demanda de internação é avaliada pela equipe e se houver indicação para tal, será feita com o consentimento do usuário (internação voluntária), sem o consentimento (internação involuntária) e a internação compulsória (pela justiça).

A lei 10.216/01 dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e no Art. 3º assegura que “é responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

O Art. 4º da lei 10.216/01 dispõe que “a internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes”. Já em seus parágrafos 1º e 2º dispõe que: “o tratamento visará, com finalidade permanente, a reinserção do paciente em seu meio” e que “o tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa com transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

Outros serviços também oferecem suporte aos dependentes, tais como o A.A e o N.A e trabalham com o modelo de abstinência total, chamado de “doze passos”, que são grupos anônimos que se reúnem em prol do mesmo objetivo: cessar o uso de drogas. Existem ainda as comunidades terapêuticas, grande parte vinculadas às instituições religiosas, que oferecem tratamento por meio de internação e que recebem verba do governo federal, e não trabalhava com uma equipe de saúde multiprofissional necessária para o funcionamento adequado desses serviços, sendo alvo de muitas denúncias.

Em 2019, foi assinado pelo governo federal, o decreto nº 9.761/2019, com a nova Política Nacional sobre Drogas, trazendo significativas mudanças em relação à prevenção, tratamento, acolhimento e reinserção social dos usuários de álcool e outras drogas e dentre as principais mudanças, podemos destacar a lógica de abstinência e o fortalecimento das comunidades terapêuticas como

estratégica de tratamento e não mais a redução de danos como estratégia adotada, o que foi considerado um retrocesso enorme, por focar na abstinência e internação, ao contrário da política anterior de redução de danos, que foi adotada como diretriz pelo Ministério da Saúde para a Atenção Integral dos usuários de álcool e outras drogas, regulamentada pela portaria nº 1.028, de 1º de Julho de 2005, e considerava que as ações que visavam a redução de danos sociais e à saúde deveriam ser ampliadas e estar baseadas na melhoria da qualidade de vida das pessoas e objetivava reduzir os riscos associados de usuários ou dependentes que não podem, não conseguem ou não querem interromper o referido uso.

A ONU apontou que “os países devem garantir a disponibilidade e a acessibilidade dos serviços de redução de danos, que devem ser propriamente financiados, adequados às necessidades dos grupos vulneráveis e respeitando a dignidade humana”.

Inserido em um panorama mais complexo da atenção psicossocial e diante da insuficiência dos Centros de Atenção Psicossocial como dispositivos prioritários na atenção de todas as demandas concernentes a este campo e da necessidade de ações intersetoriais para o cuidado ampliado do sujeito, que envolve também questões sociais, culturais, econômicas, foi instituído através da Portaria 3.088/11, a Rede de Atenção Psicossocial(RAPS), sendo constituída por pontos de atenção cuja finalidade era fazer com que a rede funcione dentro da ótica da Rede de Atenção à Saúde, na qual a atenção primária em saúde é um comunicador, propiciando e fomentando o cuidado contínuo por todos os pontos da rede. Recentemente, através da Resolução 32/2017, esses pontos foram redefinidos e designados como os dez componentes da RAPS: atenção básica em saúde, consultório na rua, centros de convivência, unidades de acolhimento (adulto e infantojuvenil), as residências terapêuticas, hospital dia, unidades de referência especializadas em hospitais gerais, CAPS em suas diversas modalidades, equipe multiprofissional de atenção especializada em saúde mental, hospitais psiquiátricos especializados.

### ***Uso de bebidas alcoólicas na adolescência.***

No levantamento do CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas), de 2005, o crack aparece como tendo sido usado por 0,3% da população, enquanto o álcool por 74% da população brasileira. A estimativa de dependentes de álcool no Brasil chega a 12%. Apesar dessas diferenças tão discrepantes entre a incidência do uso de álcool e do crack, pouco se fala sobre a questão do álcool como grave problema de saúde pública e não vemos nenhum movimento urgente para reduzir seu uso. O debate sobre as drogas envolve questões éticas e políticas. O jovem é o principal alvo desse mercado de consumo, pois a lógica é que teriam maior tempo de uso ao longo da vida. No Brasil, o primeiro consumo de álcool ocorre entre 12 e 13 anos, de acordo com dados do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas da USP. Segundo OMS, um milhão e duzentas mil pessoas morrem anualmente em acidentes de trânsito, sendo a segunda maior causa de morte entre os jovens brasileiros. Desse total, 30% a 50% das mortes no trânsito são associadas ao álcool.

As políticas públicas dirigidas a infância e juventude constituem uma preocupação legítima diante dos índices significativos de prevalência de transtornos mentais em crianças e adolescentes e da importância da intervenção precoce para um melhor prognóstico. Ainda que o movimento da Reforma Psiquiátrica tenha promovido grandes transformações, em conjunto com outros marcos para a defesa dos direitos da criança e do adolescente, e que tenha demarcado a importância dos cuidados com esses sujeitos de direitos, as ações destinadas a esse público infantojuvenil estiveram em segundo plano durante muito tempo.

Os CAPSi, são os Centros de Atenção Psicossocial infantojuvenil, que são dispositivos da rede de saúde mental dos municípios que atuam na construção de estratégias para a articulação intersetorial da saúde mental com outros setores como a educação, justiça, assistência social, em prol de um cuidado ampliado e inclusivo.

O debate sobre as drogas envolve questões éticas e políticas. Faz-se uma escolha quando se decide tratar o uso, abuso ou dependência de drogas com ações policiais violentas e tratamentos compulsórios e não proporcionar o cuidado do usuário no território. Que tipo de sociedade estamos construindo, frente a um panorama que se torna cada vez mais complexo saber lidar com esse fenômeno diante de tantos atravessamentos de concepções simplistas e carregadas de moralidade e diante dos atuais retrocessos com a política de drogas que está posta.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Trabalhar a prevenção na perspectiva da abordagem de Redução de Danos é compreender que o melhor caminho para lidar com o uso de drogas não é o de decidir e definir pelos outros quais são os comportamentos e escolhas mais adequadas e corretas, e sim, construir, junto com o outro, possibilidades de promover saúde e reduzir vulnerabilidades. A prevenção ao uso de drogas tem que, primeiramente, passar pelo crivo da educação, pois se trata de um tema, ainda, revestido por forte preconceito e desinformação.

Cabe ressaltar a importância do vínculo e do acolhimento para uma atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas e que acolher o outro implica numa ação de aproximação, numa atitude de inclusão, de estar com o usuário e acolhê-lo em suas diferenças, suas dores, suas alegrias, seu modo de viver e estar na vida. É preciso construir junto estratégias diante das demandas que nos são endereçadas. O acolhimento é o alicerce constitutivo dos processos de produção de saúde.

A concepção dominante sobre a relação entre drogas e juventude, sustentada em termos de combate e/ou enfrentamento, precisa ser repensada com urgência e a Psicologia possui aparato teórico e prático capaz de ajudar, junto a outras áreas do saber, a dar respostas efetivas para essa questão. É fundamental que as políticas de drogas sejam pensadas de forma mais ampla, articuladas com o Sistema Único de Saúde (SUS), com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com políticas de promoção dos direitos humanos, cultura, esporte e lazer, entre outros. O combate à pobreza e ações voltadas à

geração trabalho digno para a população brasileira certamente contribuirão para uma política de drogas voltada à prevenção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, M.; & Castro, M. G. (2005). Drogas nas escolas. In: Drogas nas escolas. Unesco.
- Birman, J. (2001). Mal-estar na atualidade/A psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bucher, R. (1992). Drogas e Drogadição no Brasil. Editora Artes Médicas.
- Conselho Regional de Psicologia da 6ª região (2011). Álcool e outras drogas. São Paulo.
- Cruz, M. S. & Ferreira, S. M. B. (2001). Determinantes socioculturais do uso abusivo de álcool e outras drogas: uma visão panorâmica. In: Álcool e drogas usos, dependências e tratamentos. Rio de Janeiro: Edições IPUB- CUCA.
- Freud, S. (1976). O mal-estar na civilização (1930). Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago.
- Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (2001). LEI 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.
- Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (2006). LEI 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.
- Mansur, Jandira (2005). O que é Toxicomania? 1ª edição: São Paulo. Editora Brasiliense.
- MS (2015). Resolução de 6 de maio de 2015 da ANVISA. Define os critérios e os procedimentos para a importação, em caráter de excepcionalidade, de produto à base de Canabidiol em associação com outros canabinóides, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde.
- PNAD (2019). Decreto 9.761/2019. Nova Política Nacional sobre Drogas.
- RAPS (2017). Resolução nº 32 do Ministério da Saúde, de 14 de dezembro de 2017. Estabelece as Diretrizes para o Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial.
- Rosa, R. S. da. (2007). O novo entendimento dado aos usuários de drogas ilícitas: doente ou delinquente?. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 10(48).
- Sáad, A. C. (2001). Tratamento para dependência de drogas: uma revisão da história e dos modelos. In: Cruz, M. S. & Ferreira, S. B. (orgs). Álcool e drogas usos, dependências e tratamentos. Rio de Janeiro: Edições IPUB- CUCA.
- SUS (2011). Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

## Índice Remissivo

- A**
- alta hospitalar, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142
- C**
- capacitação em serviço, 14  
 COVID-19, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35  
 cuidado, 49
- D**
- desigualdades, 25
- E**
- educação em Saúde, 14, 17  
 enfermagem, 53, 55  
 eritroblastose Fetal, 12  
 estudos de validação, 157, 158, 159
- F**
- fatores de risco envolvidos, 145  
 fitoterapia, 154, 159  
 flavonoides, 155, 156, 157
- G**
- gerontologia, 49
- H**
- hemograma, 133, 140, 142  
 HIV, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64
- I**
- inteligência artificial, 4
- L**
- Letramento em Saúde, 53, 55
- M**
- maternidade, 43
- O**
- óleos essenciais, 156, 157, 158, 159, 163
- P**
- Pesquisa em Enfermagem, 55  
 Pneumonia comunitária, 82  
 Preceptoria, 14, 17
- R**
- raça, 29  
 Random Forest, 134, 137  
 Rede de Atenção Psicossocial, 146, 147, 163
- S**
- sexo, 29  
*Streptococcus pneumoniae*, 69, 74, 76, 78, 79
- U**
- uso popular, 152, 156, 158, 159

## Sobre a organizadora



### **Aris Verdecia Peña**

Médica, graduada em Medicina (1993) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especialista em Medicina General Integral (1998) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especializada em Medicina en Situaciones de Desastre (2005) pela Escola Latinoamericana de Medicina em Habana. Diplomada em Oftalmología Clínica (2005) pela Universidad de Ciencias Médica de Habana. Mestrado em Medicina Natural e Bioenergética (2010), Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de

Cuba, Cuba. Especializada em Medicina Familiar (2016) pela Universidade de Minas Gerais, Brasil. Profesora e Instructora da Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba (2018). Ministra Cursos de pós-graduação: curso Básico Modalidades de Medicina Tradicional em urgências e condições de desastres. Participou em 2020 na Oficina para Enfrentamento da Covi-19. Atualmente, possui 11 artigos publicados, e 12 organizações de e-books



**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)